



8º Congresso de extensão universitária da UNESP

"Diálogos da Extensão:
do saber acadêmico à prática social"



Núcleo de Estudos em Habitação e Cidades: a importância da participação popular no exercício da cidadania

Camila Marques Paes da Cunha (bolsista), Cristina Maria Perissinotto Baron, Arlete Maria Francisco, Márcio José Catelan (orientadores), Campus de Presidente Prudente, Faculdade de Ciências e Tecnologia, Curso de Arquitetura e Urbanismo, kml_camila@hotmail.com; (bolsa PROEX)

Eixo: "Direitos, Responsabilidades e Expressões para o Exercício da Cidadania"

Resumo:

A discussão sobre a produção do espaço urbano, sobre os eixos de crescimento e expansão das cidades, bem como, a qualidade dos espaços públicos perpassa as propostas de políticas públicas urbanas. A elaboração de políticas urbanas ou mesmo a proposição de projetos urbanos, em suas diferentes escalas, precisam estar de acordo com a legislação urbanística; federal, estadual e municipal, as quais estão sempre sendo criadas e alteradas para atender aos interesses comuns.

Porém, observa-se na prática que, às vezes, os interesses privados sobrepõem os interesses comuns.

Este Núcleo de Estudos em Habitação e Cidades pretende auxiliar a população e os órgãos públicos nos assuntos sobre a produção do espaço em que moramos, do nosso bairro até a nossa cidade. Pretende levar ao público leigo o conhecimento necessário para subsidiar as discussões sobre temas polêmicos como habitação social, plano diretor, plano de mobilidade urbana e a importância de participarmos das discussões junto com aos gestores públicos.

Palavras Chave: *Plano Diretor, Planejamento Urbano, Participação popular, Habitação.*

Introdução

Este Núcleo foi estruturado em função das demandas que tem surgido, tanto de trabalhos com a comunidade e órgãos públicos, através de estudos, pesquisas e levantamentos; como também, de interesse de docentes e alunos para a discussão a produção do espaço urbano, as formas de morar e suas implicações na cidade. Por outro lado, temos as políticas públicas urbanas que estabelecem diretrizes e leis para a organização espacial dos nossos municípios.

Nesse sentido, a aprovação do Estatuto da Cidade, em 2001 e a criação do Ministério das Cidades em 2003, constituiu-se no marco de uma nova agenda política, onde a produção do espaço tem que ser trabalhada na sua totalidade. Na área da habitação,

Abstract:

The discussion about the production of urban space, on the growth axis and expansion of cities and the quality of public spaces permeates the proposals for urban public policies. The development of urban policies or even the proposition of urban projects, on different scales, must comply with town planning legislation; federal, state and municipal levels, which are always being created and changed to meet the common interests.

However, there is in practice that sometimes private interests overlap common interests.

This Studies in Housing and Cities is intended to assist the population and public agencies in the affairs of the production of space in which we live, our neighborhood to our city. Intends to provide the lay public knowledge necessary to support the discussions on controversial topics such as social housing, master plan, urban mobility plan and the importance of participating in discussions with the public managers.

Keywords: *Master Plan , Urban Planning , popular participation , Housing .*

destaca-se a elaboração da Política Nacional de Habitação – PNH em 2004, na instituição do Sistema e do Fundo Nacional de Interesse Social - SNHIS/FNHIS, em 2005, regulamentado pela Lei Federal nº 11.124, na construção do Plano Nacional de Habitação – PlanHab, em 2008, e no desenvolvimento dos planos locais por estados e municípios – PLHIS. (BRASIL, 2010)

Na área urbana temos o fortalecimento do Plano Diretor como instrumento da política urbana, tendo o Estatuto da Cidade como instrumento para subsidiar a implementação de diretrizes e ações para a produção do espaço urbano.



8º Congresso de extensão universitária da UNESP

"Diálogos da Extensão:
do saber acadêmico à prática social"



Os Planos propostos para o município, Plano Diretor, de Mobilidade Urbana ou mesmo de Habitação de Interesse Social, precisam ser compatibilizados, pois, se o município pretende estender a sua malha urbana com a construção de conjuntos habitacionais, como vem ocorrendo com o Programa Minha Casa Minha Vida, estes precisam ser dotados de serviços urbanos, quer seja equipamentos, coleta de lixo e transporte público, entre outros. (BARON, SILVA, 2014).

A estrutura administrativa das prefeituras municipais, subdivididas em secretarias municipais, muitas vezes com secretários de partidos políticos diferentes, impede um diálogo e ações conjuntas. A criação dos Conselhos Municipais, em diversas áreas, como por exemplo, Habitação e Planejamento Urbano, têm contribuído para uma discussão mais coletiva do papel do poder público, mas ainda, tem dificuldades de se colocarem como conselhos deliberativos, na sua maioria são consultivos.

As discussões que perpassam a criação do Núcleo de Estudos em Habitação e Cidades tem como autores Bonduki (1998, 2008), Maricato (1979, 2008), Cardoso (2010), Ferreria (2012). Por último, a discussão teórica passa também pela discussão do papel da universidade pública na sua participação e atuação na esfera pública, contribuindo para que o conhecimento gerado seja disseminado através de práticas que possam auxiliar os órgãos gestores na busca pela equidade social. Verifica-se que em todos estes autores, como também a literatura sobre a área trabalha o "problema habitacional" como uma questão urbana.

Objetivos

O projeto tem como objetivo principal subsidiar o Ministério Público Estadual e outros órgãos responsáveis pelas políticas públicas de produção do espaço com pareceres técnicos que visem o atendimento à legislação vigente, bem como, o auxílio na elaboração de instrumentos, planos e projetos para melhoria da qualidade de vida da região de Presidente Prudente.

Como objetivos específicos têm-se a realização de ações junto a comunidade para sensibilizá-la sobre a importância e o papel do Plano Diretor, Plano de Habitação de Interesse Social e Plano de Mobilidade Urbana, promovendo discussões e debates.

Pretende-se, dentro deste âmbito criar um site para que os cidadãos possam se manifestar a respeito da qualidade urbana de sua cidade, criando um fórum aberto de debates para que essa discussão não fique restrita somente entre aqueles que detêm as informações sobre a produção do espaço urbano.

Será realizado um trabalho junto as Associações de Bairros para que estas compreendam a importância dos instrumentos urbanísticos para melhoria das condições de vida.

Pretende-se, também, quando solicitado pelas instituições, indicar diretrizes de intervenções habitacionais ou urbanas em projetos que envolvam a melhoria do espaço urbano, ou mesmo a realização de estudos urbanos e projetos para as áreas públicas. O Núcleo de Estudos em Habitação e Cidades pretende atuar na prática cotidiana buscando fazer com o que o conhecimento que já vem sendo produzido através de pesquisas, dentro do próprio Núcleo, se estenda a comunidade em geral.

Material e Métodos

O trabalho relaciona os conteúdos da legislação municipal, principalmente, Plano Diretor e do Plano Municipal de Habitação de Interesse Social para realização de pareceres e assessoria que subsidiem instituições que propõem as políticas urbanas, bem como, as próprias instituições que fiscalizam as ações do poder público. As etapas dos estudos urbanos geralmente seguem: a definição da proposta metodológica para o problema/demanda apresentada, diagnósticos e leituras do existente, propostas e diretrizes de intervenção, definição de ações para realização das respectivas propostas. Pretende-se, em conjunto com o Ministério Público do Estado de São Paulo e outras instituições, como prefeituras municipais ou órgãos públicos, propor diretrizes e / ou projetos que subsidiem as ações dos próprios órgãos. Essa demanda já vem sendo requisitada pelo Ministério Público Estadual como também pela própria UNESP, também um órgão público.

Neste sentido, são também realizados levantamentos técnicos para verificar se a legislação urbanística vem sendo aplicada dentro das normas estabelecidas, como por exemplo, verificar se as áreas institucionais aprovadas nos loteamentos vêm cumprindo sua função social. O Ministério Público Estadual vem tentando levantar esta demanda, mas necessita da cooperação da Universidade Pública.

Resultados e Discussão

Ao subsidiar os órgãos públicos na área de habitação e planejamento os resultados esperados em um primeiro momento são pareceres técnicos, relatórios e estudos em assuntos relacionados à área de conhecimento.



8º Congresso de extensão universitária da UNESP

"Diálogos da Extensão:
do saber acadêmico à prática social"



Como resultados parciais, do primeiro semestre do Núcleo de Estudos em Habitação e Cidades, temos os trabalhos desenvolvidos para o município de Araraquara e UNESP, com o Conselho Municipal de Planejamento de Presidente Prudente e com a Promotoria de Justiça de Presidente Prudente.'

Projeto de adequação do sistema ciclovitário em Araraquara

A ciclovía existente na cidade de Araraquara se estende até próximo a entrada do campus da Faculdade de Ciências Farmacêuticas - Unesp. Com isso, os alunos, funcionários e pessoas da comunidade que realizam atividades dentro do campus, como jogos no campo esportivo ou atendimentos de atividades de extensão, acabam por andar de bicicleta juntamente com os carros, sendo desconfortável e perigoso (principalmente na entrada da instituição).

Com isso, foi solicitado um projeto de ciclovía que desse continuidade com a existente realizada pelo município, garantindo a continuidade dentro do campus. (figura 1)



Figura 1. Ciclovía de Araraquara chegando até o início da Faculdade de Ciências Farmacêuticas – Unesp.

O projeto vem sendo desenvolvido buscando adequar da melhor forma o novo trecho da ciclovía, possibilitando o acesso ao campus da UNESP de Araraquara, dentro dos princípios, das políticas urbanas de mobilidade e acessibilidade, o qual preveem a melhoria de acessibilidade e integração dos diferentes tipos de transporte. De preferência, priorizando os transportes alternativos, como as bicicletas. (figuras 2 e 3)



Figura 2. Proposta 01 - projeto para a adequação da ciclovía.

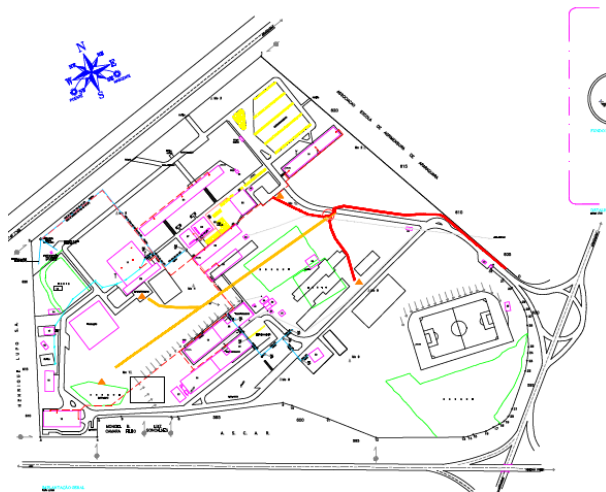


Figura 3. Proposta 02 - projeto para a adequação da ciclovía

Promotoria de Justiça de Presidente Prudente – Meio Ambiente

Vem sendo realizado um levantamento da qualidade das áreas institucionais dos conjuntos habitacionais e interesse social da cidade de Presidente Prudente. Os conjuntos habitacionais de interesse social são produzidos por políticas públicas próprias, através de programas habitacionais, como o atual Minha Casa Minha Vida.



8º Congresso de extensão universitária da UNESP

"Diálogos da Extensão:
do saber acadêmico à prática social"



No município de Presidente existem vários conjuntos, financiados pelo Banco Nacional de Habitação (1964-1986), por Companhias Habitacionais (COHABs de Araçatuba e Bauru) e pela Caixa Econômica Federal (desde 1990 a CEF assume os financiamentos). Quando os projetos são realizados é obrigatório a destinação de uma parcela do loteamento para a prefeitura municipal. Nestas áreas, denominadas de áreas públicas – institucionais e de lazer, são executados projetos de edifícios públicos e praças, com equipamentos para lazer. Em determinados loteamentos encontramos também as áreas verdes, adjacentes as nascentes e córregos, as quais devem permanecer permeáveis e, geralmente, é realizada a recomposição vegetal para sua preservação.

Neste trabalho realizado pelo Núcleo estamos verificando qual a ocupação e o estado dessas áreas, pois, em alguns as áreas não estão cumprindo sua função inicial. Em outros, os locais destinados não são adequados, sendo necessário revisar ou adequar tais áreas. O diagnóstico deste trabalho será encaminhado a Promotoria, a qual também vem realizando um levantamento das áreas públicas no município. Participam deste trabalho bolsistas de iniciação científica e Bolsa de Apoio Acadêmico e Extensão (BAAE I).

Conselho Municipal de Planejamento

Com a intenção de aproximar a população da cidade de Presidente Prudente aos acontecimentos referentes ao planejamento da cidade vem acontecendo a participação do Núcleo de Estudos em Habitação e Cidade nas reuniões do Conselho Municipal de Planejamento.

O Conselho tem como

Estão sendo recolhidos ofícios, pautas de reuniões, atas, calendário e demais informações importantes para o conhecimento do público e será disponibilizado no site da prefeitura de Presidente Prudente.

O Conselho tem caráter consultivo e fiscalizador junto à Administração Pública Municipal.

Compete ao Conselho participar da elaboração dos instrumentos de planejamento, solicitar estudos, pesquisas e diagnósticos sobre o Município e acompanhar, controlar e avaliar o Plano Diretor, entre outras atividades.

Neste ano, o Conselho inicia os trabalhos de Revisão do Plano Diretor, de 2008 e a participação do Núcleo, em função das atividades da estagiária, será de organizar o material técnico e serviria de interlocutor para alimentar o site do próprio Conselho. Esta experiência subsidiará a elaboração do site do próprio Núcleo.

Com esse trabalho pretende-se possibilitar maior acesso de todos os cidadãos.

Conclusões

Considerando que este é o primeiro ano do Núcleo, destaca-se as atividades de extensão que realizamos com o intuito de aproximar a população as decisões dos órgãos municipais, enfatizando a participação popular nos processos de planejamento do espaço urbano e estimulando a inclusão a partir do exercício da cidadania.

Portanto já é possível verificar a importância dessas atividades para a transparência das questões que interferem na produção e qualidade dos espaços urbanos de um modo geral.

BARON, Cristina M. P.; SILVA, Melina L. da. **As Políticas Habitacionais e o Direito à Cidade: a produção dos conjuntos habitacionais em Presidente Prudente**, 2014. In: III Encontro da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo, arquitetura, cidade e projeto: uma construção coletiva, São Paulo, 2014.

BONDUKI, Nabil Georges. **Origens da Habitação Social no Brasil. Arquitetura Moderna, Lei do Inquilinato e difusão da casa própria**. São Paulo.: Estação Liberdade: FAPESP, 1998.

BONDUKI, Nabil. **Política habitacional e inclusão social no Brasil: revisão histórica e novas perspectivas no governo Lula , 2008**. Disponível em http://www.usjt.br/arq.urb/numero_01/artigo_05_180908.pdf. Acessado em agosto de 2014.

CARDOSO, Adauto Lucio. **Política Habitacional no Brasil: balanço e perspectivas**. IPPUR/UFRJ. Observatório IPPUR/UFRJ-FASE, 2010.

FERREIRA, João Sette Whitaker. **Produzir casas ou construir cidades? Desafios para um novo Brasil urbano**. Parâmetros de qualidade para a implementação de projetos habitacionais e urbanos. Coordenador João Sette Whitaker Ferreira. -- São Paulo : LABHAB ; FUPAM, 2012.

MARICATO, Ermínia. (Org.). **A produção capitalista da casa (e da cidade) no Brasil industrial**. São Paulo. Alfa-omega. Biblioteca Alfa-Omega de Ciências Sociais, série 1º, v.1 Coleção Urbanismo, 1979.

MARICATO, Ermínia. **Questão fundiária urbana no Brasil e o Ministério das Cidades**, 2005.